

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



ARQUEOLOGIA URBANA EM VALENÇA. METODOLOGIAS E RESULTADOS

Luís Fonte / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / lfontes@uaum.uminho.pt

Belisa Pereira / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / belisa_vilar@hotmail.com

Francisco Andrade / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / fjsdea@hotmail.com

RESUMO

Em 2004, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e o Município de Valença implementaram na cidade de Valença um projeto de arqueologia urbana, vinculado a uma ampla intervenção de requalificação urbana, que ainda decorre.

No âmbito desse projeto têm-se realizado levantamentos, sondagens, escavações e acompanhamentos arqueológicos, com o duplo objetivo de minimizar os impactos resultantes da execução de obras e de investigar a evolução urbana de Valença, das suas origens até à atualidade.

Pelas metodologias implementadas, pelo conceito de intervenção integrada e pelos resultados obtidos, considera-se que o projeto de estudo arqueológico de Valença realiza plenamente o conceito de Arqueologia Urbana entendida como atuação de investigação aplicada.

ABSTRACT

The Archaeology Unit of the University of Minho and the Municipality of Valença implemented in 2004 a project of urban archaeology, linked to a large-scale intervention of urban renewal, which is still on-going.

Under this project have been conducted surveys and archaeological excavations, with the double objective to minimize the impacts resulting from the implementation of works and investigate the urban evolution of the city of Valença, from its origins to the present.

Both by the methodologies implemented and by the concept of integrated intervention and the results obtained, the archaeological study of Valença fully realizes the concept of Urban Archaeology understood as applied research activity.

1. INTRODUÇÃO

Em 2004 e na sequência do “Projeto de Requalificação Urbana do Centro Histórico de Valença”, promovido pela Câmara Municipal de Valença, este município e a Universidade do Minho celebraram um protocolo de colaboração com vista à satisfação das condicionantes arqueológicas estabelecidas pelo Ministério da Cultura / IGESPAR, I.P. / DRCN, no cumprimento das recomendações internacionais relativas a intervenções em monumentos históricos, pois a fortaleza de Valença é Monumento Nacional.

De facto, a fortaleza moderna de Valença é um dos mais notáveis monumentos militares portugueses, estando as Fortificações da Praça de Valença do Minho classificadas como Monumento Nacional (Decreto N.º 15178 de 14-3-

1928), com Zona Especial de Proteção (Z.E.P., D.G., 2.ª Série; N.º 290 de 13-12-1958).

Nesse sentido, foi desenhado um Plano de Trabalhos Arqueológicos que, através de sondagens preliminares, escavações em área e acompanhamento arqueológico, realizasse o objetivo principal de obter dados para informar o projeto, minimizando o eventual impacto negativo das obras de construção das novas infraestruturas.

Garantida a direção científica pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e reunidas as condições técnicas e financeiras para a realização continuada de estudos arqueológicos, alargados a outros locais e edifícios de Valença, a intervenção arqueológica, inicialmente preventiva, evoluiu para um efetivo programa de arqueologia urbana, orientado para o estudo das origens e evolução de Valença.

No ponto 2 deste trabalho define-se, ainda que de forma sumária, o conceito de Arqueologia Urbana subjacente ao programa de estudo arqueológico de Valença e as implicações metodológicas da perspectiva adotada.

No ponto 3, tendo por base os principais resultados obtidos com as inúmeras intervenções arqueológicas realizadas desde 2004, ensaia-se uma primeira e cientificamente inovadora leitura da evolução da estrutura urbana de Valença.

2. ARQUEOLOGIA URBANA (EM VALENÇA)

A arqueologia urbana, com implicações específicas, de grande complexidade processual e também metodológica, desenvolveu-se por toda a Europa a partir da segunda metade do século XX, referenciando-se como projeto pioneiro os trabalhos de Martin Biddle em Winchester, entre 1962 e 1972, que então definiu a arqueologia urbana como “(...) o estudo no qual a investigação e a compreensão do fenómeno urbano são centrais, estudando-se a cidade no tempo longo, desde a sua origem, sem distinção de período, através das fases pré-urbanas, urbanas e pós-urbanas, até aos nossos dias (...)” (citado em Rodríguez Temiño, 2004, 60).

É uma definição assente numa perspectiva de investigação, isto é, orientada para a produção de conhecimento, suportado pela análise cientificamente rigorosa de todos os dados manejáveis e disponíveis, fixando-se como objeto de estudo o fenómeno urbano, o que exige um projeto de investigação.

Atualmente, porém, o conceito de arqueologia urbana aparece mais vinculado a uma perspectiva de gestão da atividade arqueológica, isto é, refere-se quase sempre ao exercício da atividade arqueológica nas cidades ou áreas urbanas atuais, “vivas”, sendo igualmente frequente a sua associação ao conceito de arqueologia preventiva e à emergência da arqueologia profissional.

A aparente oposição entre os que reivindicam que a arqueologia urbana deve ser entendida como o estudo arqueológico das cidades e os que defendem que deve ser o exercício da arqueologia em contexto urbano, parece assentar no equívoco das contraposições ‘arqueologia científica’ *versus* ‘arqueologia preventiva’ ou ‘arqueologia de investigação’ *versus* ‘arqueologia de contrato’ ou ainda ‘arqueologia programada’ *versus* ‘arqueologia de emergência ou de salvamento’.

Porém e recuperando a definição de Martin Biddle, uma e outra só serão arqueologia urbana se os resultados obtidos servirem a produção de conhecimento relativo à história das cidades, isto é, se a interpretação for contextualizada na explicação da evolução dos respetivos tecidos urbanos.

O que importa fazer é a arqueologia das cidades (e do urbanismo) e não arqueologia nas cidades. O interesse da investigação do fenómeno urbano está precisamente na possibilidade que se oferece aos arqueólogos de questionar a longa duração do urbanismo e explicar as mudanças e/ou as permanências, quer das cidades atuais, onde a investigação é mais premente, face à destruição que frequentemente acompanha as alterações urbanas em curso um pouco por todo o lado, quer das chamadas “cidades mortas”, como Tongobriga e Conimbriga, ou de outros aglomerados urbanos que, não tendo o estatuto atual de cidades, são igualmente importantes para a compreensão do fenómeno de urbanização das sociedades (Fontes, 2002, p. 231).

Neste sentido, “(...) podemos considerar que é indispensável recuperar o paradigma que esteve na origem da moderna arqueologia urbana, quer no que respeita aos seus objetivos (o estudo das cidades), quer à constituição de equipas estáveis, quer ainda ao desenvolvimento de projetos de investigação. Estes servem para permitir, quer uma adequada programação dos trabalhos arqueológicos, tendo por base o conhecimento do potencial das áreas que se pretendem escavar, quer uma rigorosa avaliação dos resultados, que devem ser cruzados com a informação disponível. Importa, por isso, evitar a dispersão dos registos e dos materiais de modo a que seja possível revisitá-los sempre que necessário, permitindo o avanço dos conhecimentos. (...)” (Martins & Ribeiro, 2009/2010, p. 169)

É esta a nossa perspectiva, que metodologicamente se traduz na existência de uma equipa responsável pelo estudo dos diversos períodos históricos presentes nos registos arqueológicos de Valença e na centralização e informatização desses mesmos registos através da implementação de um Sistema de Informação Arqueológica, o que permite, não só responder com eficácia e rigor às exigências do planeamento da cidade, como desenvolver projetos temáticos de investigação em articulação com os projetos de pós graduação em Arqueologia da Universidade do Minho.

Embora responda prioritariamente às necessidades

de informar atempadamente os projetos de intervenção urbana, o projeto de estudo arqueológico de Valença não se esgota na execução das intervenções preventivas nem na escavação arqueológica.

A par destas, o projeto orienta-se para a investigação do urbanismo, das arquiteturas e das técnicas construtivas, das economias e das sociedades, contemplando o estudo das diversas estruturas e espólios correlacionados.

Orienta-se ainda para o reforço da identidade de Valença como valor patrimonial, afirmando-o como monumento qualificado que pode ser fruído na dupla vertente lúdica e de conhecimento, seja através da integração de ruínas arqueológicas nos espaços urbanos requalificados, como nas portas medievais da Gabiarra e do Açougue, seja ainda através do desenvolvimento de projetos complementares de criação de núcleos museológicos distribuídos por diferentes espaços da fortaleza, com conteúdos expositivos alusivos à arqueologia e história de Valença e seu território.

É também por esta perspetiva de intervenção integrada e de investigação aplicada que se considera que o estudo arqueológico em curso em Valença realiza plenamente o conceito de Arqueologia Urbana.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Para efeitos de registo arqueológico, a fortaleza de Valença foi dividida em duas zonas, A e B, correspondentes respetivamente aos recintos fortificados da Coroada e da Magistral (ou Vila Velha). Assim, a descrição dos resultados organiza-se de acordo com essa divisão, seguindo-se um subcapítulo com a síntese interpretativa.

3.1. Recinto da Coroada

Pode afirmar-se que a colina/outeiro onde se implanta o recinto da Coroada não conheceu qualquer ocupação estruturada antes da construção da fortificação em finais de Seiscentos, não se confirmando a hipótese de aí ter existido um arrabalde medieval, como sugeria a vista se sul desenhada cerca de 1509 por Duarte de Armas (1997).

Os dados arqueológicos permitem estabelecer a sequência do processo construtivo, que se iniciou pelo lado sul com a construção dos baluartes de São Jerónimo, Santa Bárbara e Santa Ana, com o revelim da Coroada a defender a porta do mesmo nome e o revelim e fossos ‘imperfeitos’ virados à Senhora

da Cabeça (chamados ‘imperfeitos’ porque nunca se concluíram, ficando apenas com os taludes em terra). A obra de fortificação, perfeitamente adaptada à configuração do relevo, completou-se com a construção dos meios baluartes de São José e Santo António, que desenharam a retaguarda do recinto de modo a esta se abrir para a Magistral ou Vila Velha, com a qual se ligava pela chamada Porta do Meio.

Com uma função exclusivamente militar, destinada a proporcionar a defesa avançada da vila de Valença, a Coroada manteve-se livre de habitações até meados do século XVIII, momento em que, já fortificada também a Magistral ou Vila Velha, se desenharam os quarteirões entre a Capela do Bom Jesus e a Porta do Meio, com várias ruas e vielas a configurar um novo arrabalde da vila de Valença, que nos finais de oitocentos se estendia já até às proximidades do Paiol.

A par destas construções civis, o amplo terreiro do Campo de Marte foi sendo ocupado, no decurso do século XVIII, com instalações militares, como o paiol, quartéis e um poço, este último colocado a descoberto aquando do desaterro da zona circundante do Paiol do Campo de Marte. O seu desmonte e posterior aterro da zona foi acompanhado pela equipa de arqueologia, tendo todos os elementos pétreos que compunham o poço sido numerados e transportados para instalações municipais, pois o novo arranjo urbano não contemplou a sua conservação *in situ*. A face nordeste de um dos elementos do bocal apresenta a seguinte epígrafe, inscrita em cartela retangular de cantos recortados: “MANDADO ABRIR PELO SR TT CEL IZIDORO M. M. [DA] COSTA / [18?] 15”.

3.2. Recinto da Magistral (ou Vila Velha)

A principal novidade proporcionada pela intervenção arqueológica realizada na zona da Vila Velha, foi a identificação de uma ocupação datável dos primeiros séculos da nossa Era, correspondente a um povoado fortificado tipo ‘castro’, com uma linha de muralha subcircular que deveria coroar o outeiro sobranceiro ao rio Minho.

Trata-se de vestígios encontrados na zona da designada Porta de D. Afonso ou Porta do Açougue, que corresponde a um dos troços melhor conservados da fortificação medieval de Valença e que foi objeto de escavações arqueológicas alargadas, pois tratava-se de uma zona arqueologicamente sensível.

De facto, para além de ter sido possível esclarecer que o baluarte de São João, construído no séc. XVIII,

foi montado sobre o aterro da vala de desmonte e saque da cortina medieval, sob o troço subsistente desta encontrou-se um lance de escadas com 10 degraus, formados por espessas lajes monolíticas de granito. Estas escadas aparecem associadas a um talude térreo, enquadrando-se numa espécie de porta de um recinto fortificado.

Ao contrário do recinto da Coroada e com base nos múltiplos dados arqueológicos registados, designadamente nas escavações realizadas na referida Porta do Açougue, mas também nos terrenos contíguos à igreja de Santo Estêvão e no adro da igreja de Santa Maria dos Anjos, pode afirmar-se que o local onde se veio a implantar a vila medieval de Contrasta/Valença conheceu uma ocupação estruturada que, de acordo com os materiais cerâmicos correlacionados, se terá prolongado entre os finais do século I a.C. e, pelo menos, o século IV d.C..

Esta ocupação, que genericamente se pode situar no período do domínio romano, não parece ter tido continuidade, apontando o registo arqueológico para um hiato de ocupação que parece retomar-se, com base nos dados arqueológicos e documentais, apenas nos inícios do século XIII.

Porém, esta hipótese de descontinuidade necessita ser confirmada, quer através de estudos aprofundados e comparados das produções cerâmicas recolhidas nos níveis medievais de aterro, quer através de escavações arqueológicas em locais da cidade que ofereçam maior potencial estratégico.

Relativamente à fortificação medieval de Valença, a intervenção arqueológica permitiu recolher dados mais detalhados relativos às características construtivas de diversas partes da estrutura defensiva, desde torres e portas até às muralhas, bem como identificar partes desconhecidas (embasamento da muralha no Largo da República, no Largo do Governo Militar e no Baluarte de São Francisco, embasamento de torreão/cubelo na confluência da Travessa do Eirado com a Rua da Trindade e cisterna junto às Portas da Gabiarra), que permitiram restituir com maior fidelidade o traçado da fortificação medieval registada por Duarte de Armas.

A estrutura identificada na Travessa do Eirado/Rua da Trindade corresponde a um cunhal em cantaria granítica bem esquadrada, apresentando alguns dos blocos siglas de canteiro nas suas faces. Trata-se dos restos de uma construção, eventualmente relacionada com o reforço tardomedieval da fortificação de Valença, como sugere o achado, nas proximidades

deste local e aquando da obra de construção do tribunal, de um nicho esculturado com uma inscrição alusiva a uma obra mandada fazer por D. João I na transição do séc. XIV para o séc. XV.

Poderá ser o resto de um torreão, que terá sido posteriormente reutilizado para assentamento de um outro edifício que, numa planta de 1766, é identificado como “Arcenal” e que esteve em uso até à construção do tribunal, embora já desprovido de funções militares.

Os dados arqueológicos obtidos permitiram igualmente confirmar e detalhar a evolução do processo construtivo da fortificação moderna correspondente à Magistral que, no decurso do século XVIII, envolveu a Vila Velha.

Adaptando-se às preexistências construídas e à morfologia do terreno, as obras começaram pela fortificação da Porta do Meio, por onde se estabelecia a ligação entre a Coroada e a vila, levantando-se os baluartes da Lapa, da Esperança e do Faro, abrindo-se entre estes dois últimos a Porta do Sol, defendida pelo revelim com o mesmo nome. Duas poderosas cortinas muralhadas, a nascente e poente, ligaram os baluartes às muralhas medievais.

Numa segunda fase, que genericamente se pode situar no último quartel de Setecentos, a fortificação abaluartada estendeu-se para norte, erigindo-se o baluarte de São Francisco, o revelim da Gabiarra, os baluartes do Socorro e finalmente o baluarte de São João e revelim da Fonte da Vila, num traçado que determinou a desmontagem quase total das muralhas medievais, reutilizando-se os materiais na elevação das novas muralhas, com exceção das portas medievais do Açougue e da Gabiarra, que se integraram nas muralhas modernas.

Com uma dupla função militar e habitacional, o recinto da Magistral ou Vila Velha conheceu, a partir do século XVIII, alterações da sua malha urbana, que passou a incorporar também instalações militares, quer construídas de raiz, como o Paiol do Açougue e a Casa do Governo Militar, quer reafectando edificações antigas, como a instalação do Quartel de Artilharia no Convento de Santa Clara.

3.3. Síntese da evolução urbana

Como regista a documentação escrita, a vila medieval de Valença foi fundada pelo rei Sancho I nos inícios do século XIII, chamando-se então Contrasta. Graças aos estudos arqueológicos em curso desde 2004, sabe-se agora que o local escolhido corres-

pondia a um antigo povoado fortificado romanizado, estrategicamente implantado num outeiro que dominava a passagem do rio Minho, servida então pela via romana que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga), por Tude (Tui).

A vila medieval recebeu carta de foral de D. Afonso II em 1217, que em 1262 o rei Afonso III confirmou, mudando-lhe o nome para Valença, como atualmente se chama. Inscrevia-se no vasto conjunto de ‘vilas novas’ fortificadas que defendiam a fronteira do rio Minho, desde Melgaço até Caminha, no âmbito de um vasto programa da coroa portuguesa para fixar os limites territoriais de Portugal.

No decurso dos séculos XIV e XV documentam-se intervenções de manutenção e restauro, sempre de iniciativa régia. Da fortaleza medieval conservam-se ainda algumas partes importantes, como as Portas da Gabiarra e o lanço da Porta do Açougue, esta última ostentando ainda as armas afonsinas.

Devido ao seu posicionamento estratégico na fronteira, frente à cidade espanhola de Tui, a vila fortificada de Valença veio a ser objeto de um novo e ambicioso projeto de fortificação, para responder às exigências modernas da arte da guerra, levantando-se entre finais do século XVII e os inícios do século XVIII um complexo fortificado com quase 1000 m de comprimento e 400 m de largura.

Composta por dois núcleos principais interligados, a Coroadá e a Magistral (ou Vila Velha), a fortaleza moderna de Valença, cujo projeto original nunca foi executado na totalidade, possui 12 baluartes e 4 revelins, formando um conjunto cuja dimensão e características arquitetónicas são bem a expressão da importância da fortaleza de Valença, que era a cabeça da defesa moderna do Norte de Portugal, ordenando todo o sistema defensivo fronteiriço da linha do rio Minho.

Desativada como estrutura militar em 1910 e classificada como Monumento Nacional em 1928, a praça-forte de Valença veio a ser objeto, nas décadas seguintes do século XX, de continuadas intervenções da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que realizaram inúmeras obras de conservação, restauro e requalificação (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3527).

Na Magistral (ou Vila Velha) como na Coroadá, a expressão arqueológica destas intervenções traduziu-se no registo dos vestígios arqueológicos correspondentes às edificações demolidas no contexto

dos programas de requalificação, que de acordo com as perspetivas da época buscavam o ‘desafogo da fortificação’.

3.4. Conclusões

Os resultados proporcionados pelo conjunto de trabalhos arqueológicos de escavação, sondagens e acompanhamento das obras até esta data realizados em Valença, permitem tirar dois tipos de conclusões. Uma de caráter metodológico e outra de caráter científico.

Em relação à metodologia utilizada, a primeira conclusão é a de que esta se revelou plenamente adequada para responder às condicionantes estabelecidas, pois tanto possibilitou efetuar um diagnóstico prévio à execução das obras, com base no qual se minimizaram ou anularam os poucos impactos negativos identificados, como assegurou o registo gráfico e fotográfico de todos e quaisquer vestígios com interesse arqueológico, documentando-se simultaneamente toda a pré-existência e alterações que sofreu com as obras. Consequentemente possibilitou o desenvolvimento futuro dos estudos arqueológicos sobre Valença, suportando o desenvolvimento de um verdadeiro programa de arqueologia urbana.

Em relação aos resultados científicos, os dados arqueológicos obtidos permitiram estabelecer a sequência completa da evolução da ocupação do local e caracterizar detalhadamente as soluções construtivas correlacionadas. Sendo certo que ainda há muito que estudar, a partir dos registos das escavações realizadas, torna-se evidente que o avanço de conhecimento conseguido só foi possível pelo enquadramento científico da intervenção, que promove o estudo de todos os períodos históricos representados no registo arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

ARMAS, Duarte de (1997) – *Livro das Fortalezas* [fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo], introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2ª ed., Lisboa: A.N.T.T. e Edições Inapa, fl.112.

FONTES, Luís (2002) – Arqueologia Medieval Portuguesa. In *Atas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. “Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal” (25 a 27 Maio 2000)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Arqueologia & História; 54), pp. 221-238.

FONTES, Luís, ANDRADE, Francisco, MACHADO, André e PEREIRA, Belisa (2012) – Fortaleza de Valença. Projeto de requalificação urbana do centro histórico de Valença. Trabalhos arqueológicos. Sondagens preliminares na “Cadeia Velha”. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*. Braga. 28. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16009>

LOBO, Francisco (2000) – Um olhar militar sobre Valença. *Monumentos*. Lisboa. 12, pp.41-47.

MARTINS, Manuela e RIBEIRO, Maria (2009/2010) – A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *Forum*. Braga. 44-45, pp.149-177.

RODRÍGUEZ TEMIÑO, I. (2004) – *Arqueología urbana en España*. Barcelona: Editorial Ariel.

SOROMENHO, Miguel (2000) – A fortificação moderna. 1659-1737. *Monumentos*. Lisboa. 12, pp.19-23.

VALLA, Margarida (2000) – A estrutura urbana: da “*Bastide*” do século XIII à “*Praça Forte*” seiscentista, *Monumentos*. Lisboa. 12, pp.25-31. URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3527.



Figura 1 – Ortofotomapa de Valença com localização das intervenções arqueológicas (assinaladas a cor vermelha).



Figura 2 – Da esquerda para a direita: Pormenor de ruínas modernas e contemporâneas no Baluarte de Santo António; Pormenor do poço do Campo de Marte; Pormenor da solução construtiva da cortina setentrional da Coroada.



Figura 3 – Da esquerda para a direita: Pormenor de escadaria do povoado fortificado romanizado, sob a muralha medieval na Porta do Açougue; Perspetiva de ruínas modernas e contemporâneas no Largo do Governo Militar; Pormenor de cunhal tardomedieval na Travessa do Eirado.

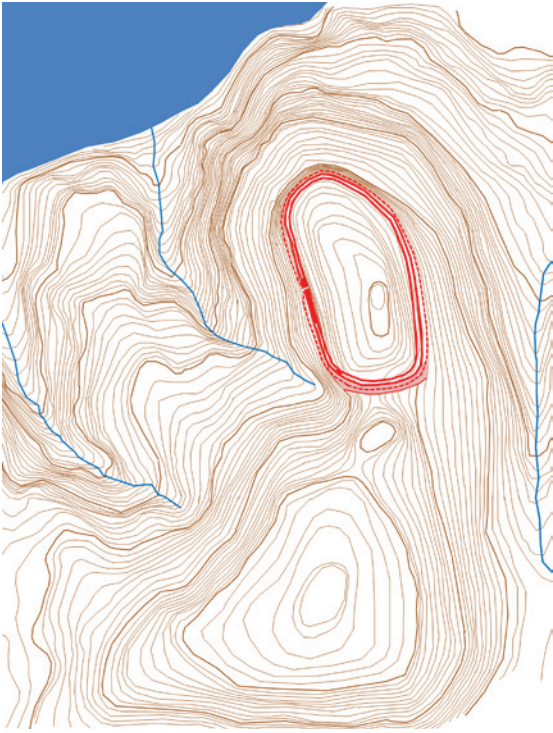


Figura 4 – ‘Valença’ nos séculos I-IV.



Figura 5 – Valença nos séculos XIII-XV.



Figura 6 – Valença no século XVII.

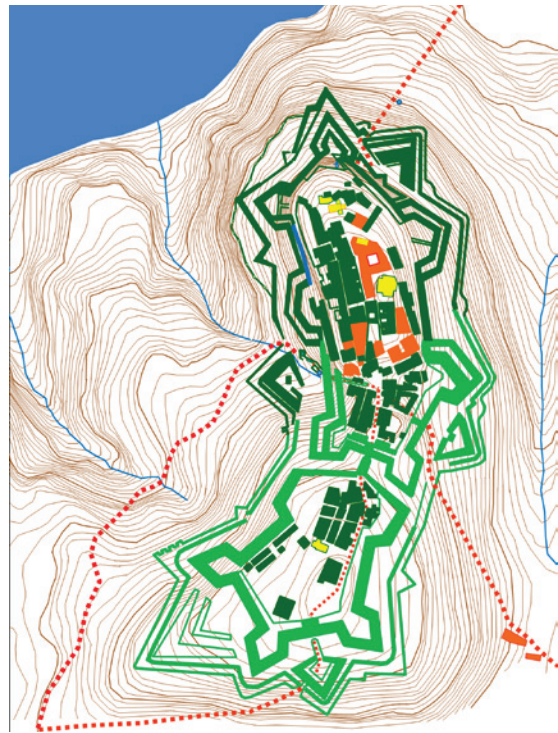
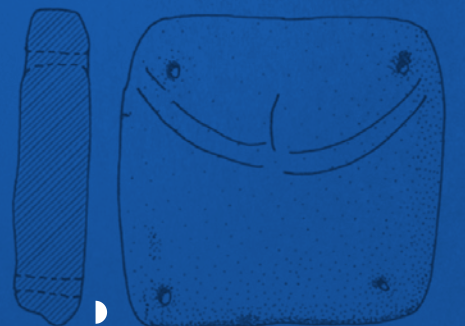
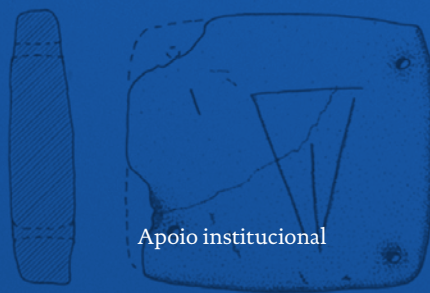
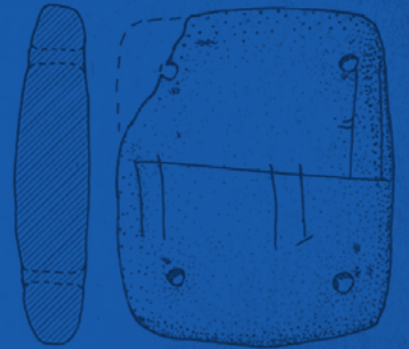
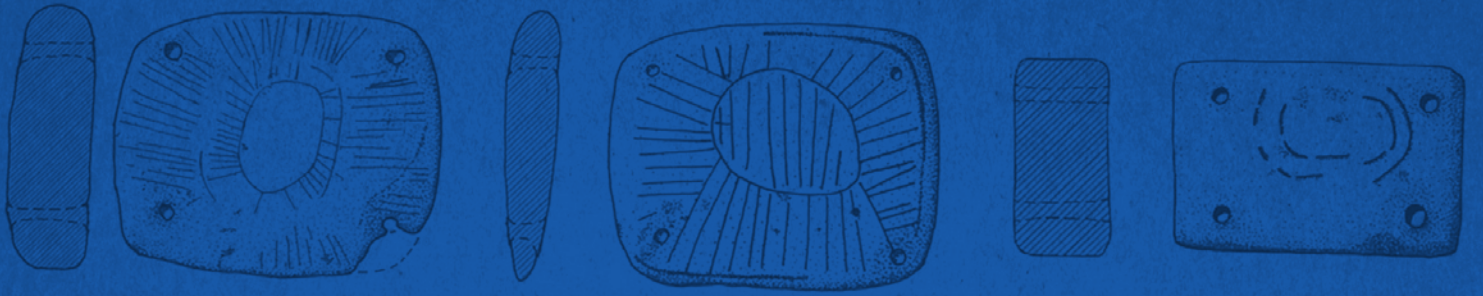
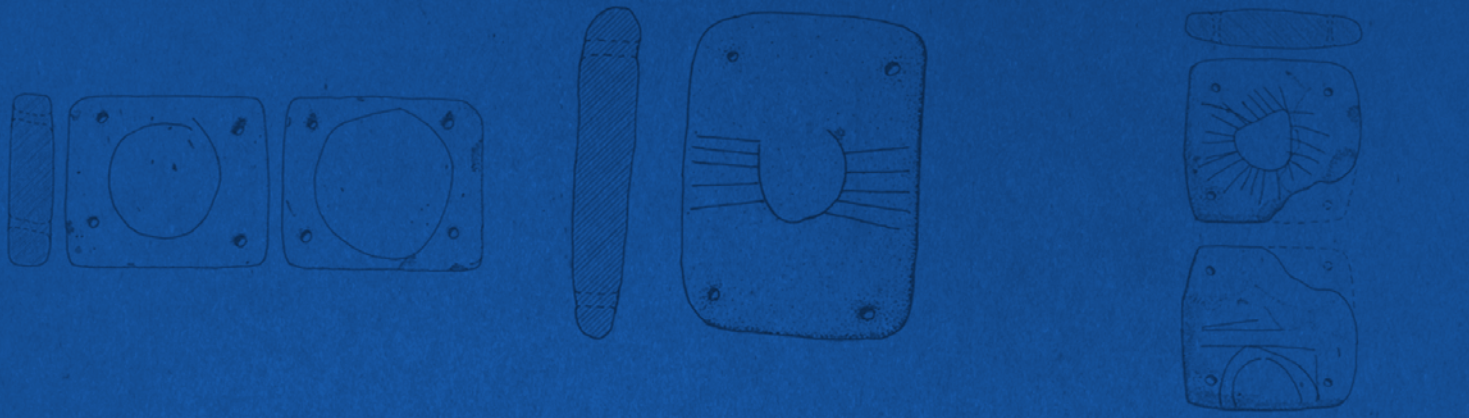


Figura 7 – Valença no século XVIII.



FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua